



TRE

RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO

**CONSULTA PÚBLICA
PARA PROPOSTAS DE
METAS NACIONAIS E
ESPECÍFICAS 2020**

ELABORAÇÃO:

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA/
PRESIDÊNCIA**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 3

PARTICIPANTES, 4

META NACIONAL Nº 1, 5

META NACIONAL Nº 2, 6

META NACIONAL Nº 4, 7

SUGESTÕES DE META NACIONAL - GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA, 8

SUGESTÕES DE META NACIONAL - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (AGENDA 2030 DA ONU), 10

SUGESTÕES DE META ESPECÍFICA PARA A JUSTIÇA ELEITORAL, 12

RESULTADOS, 17

APRESENTAÇÃO

O TRE/RN realizou Consulta Pública dirigida à sociedade, entidades representativas, instituições sociais, magistrados, membros do Ministério Público, servidores e outros interessados, no período de 12 a 19.06.2019, que teve por objetivo levantar propostas de metas nacionais e específicas da Justiça Eleitoral para o ano de 2020, de acordo com o que determina a Resolução nº 221 do Conselho Nacional de Justiça.

O objetivo da consulta foi atribuir uma ordem de relevância às metas nacionais já consolidadas e sugerir novas metas nacionais e específicas para a Justiça Eleitoral, inovando nesta ocasião ao introduzir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030 da ONU, como tema para propositura de metas.

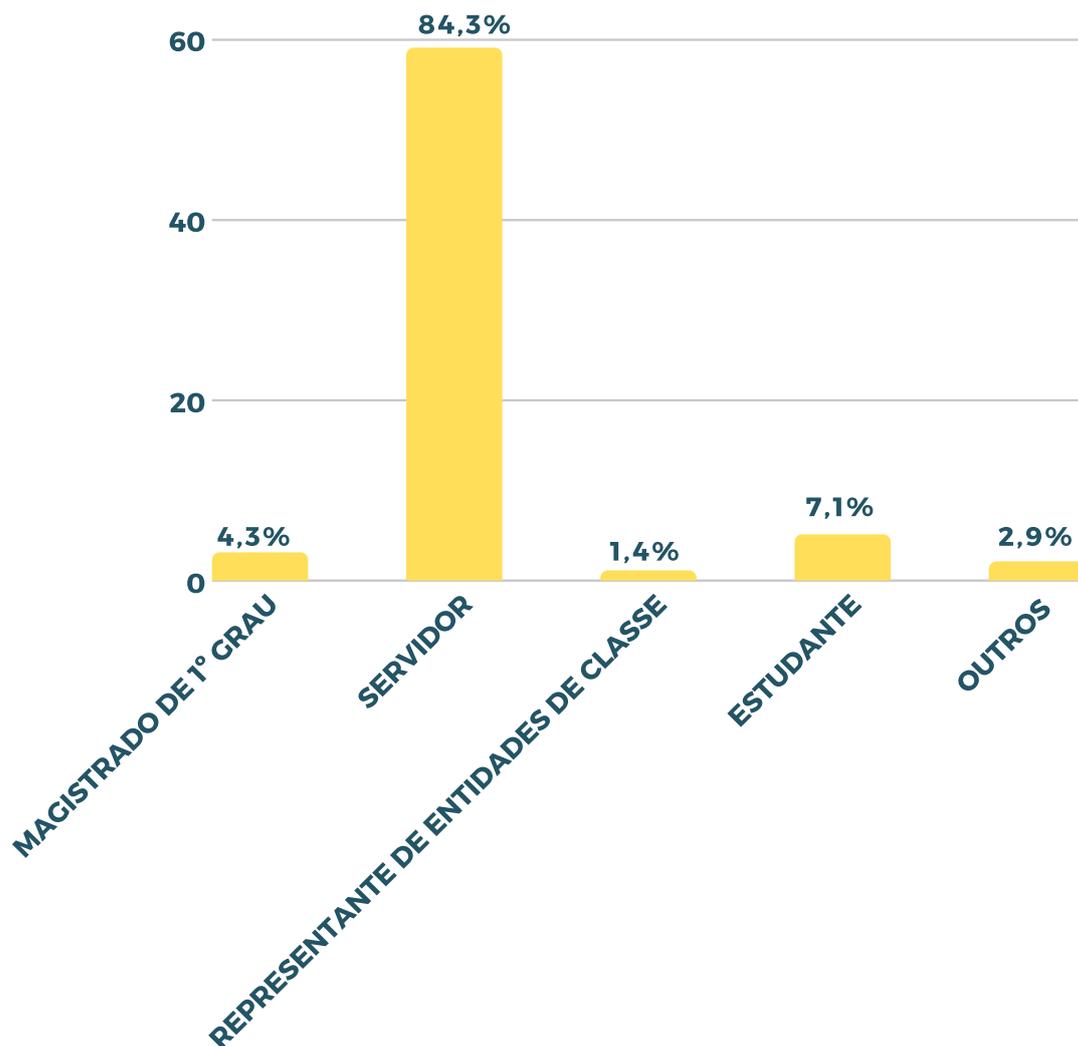
Os resultados apresentados neste relatório embasaram a decisão da Alta Administração do TRE/RN acerca das propostas remetidas ao Subcomitê 2, em 21.06.2019, a quem compete analisar e consolidar as sugestões dos Regionais integrantes da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Eleitoral, para posterior encaminhamento ao Comitê Gestor Nacional desta Justiça Especializada.

Yvette Bezerra Guerreiro Maia
Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica do TRE-RN



PARTICIPANTES

- **Magistrado de 1º Grau**
- **Magistrado de 2º Grau**
- **Servidor**
- **Membro do Ministério Público**
- **Representante de instituição social ou de ensino (ONG, cooperativa, universidade, escola e similares)**
- **Representante de entidades de classe (OAB, sindicato e similares)**
- **Estudante**
- **Outros (cidadão não especificado dentre as opções anteriores)**



META NACIONAL Nº 1

JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS (META VIGENTE DESDE 2011)

Você concorda com a permanência desta meta para 2020?

91,4%

Sim, concordo.

8,6%

Não concordo.

META NACIONAL Nº2

JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS (META VIGENTE DESDE 2011)

Você concorda com a permanência desta meta para 2020?

2,9%

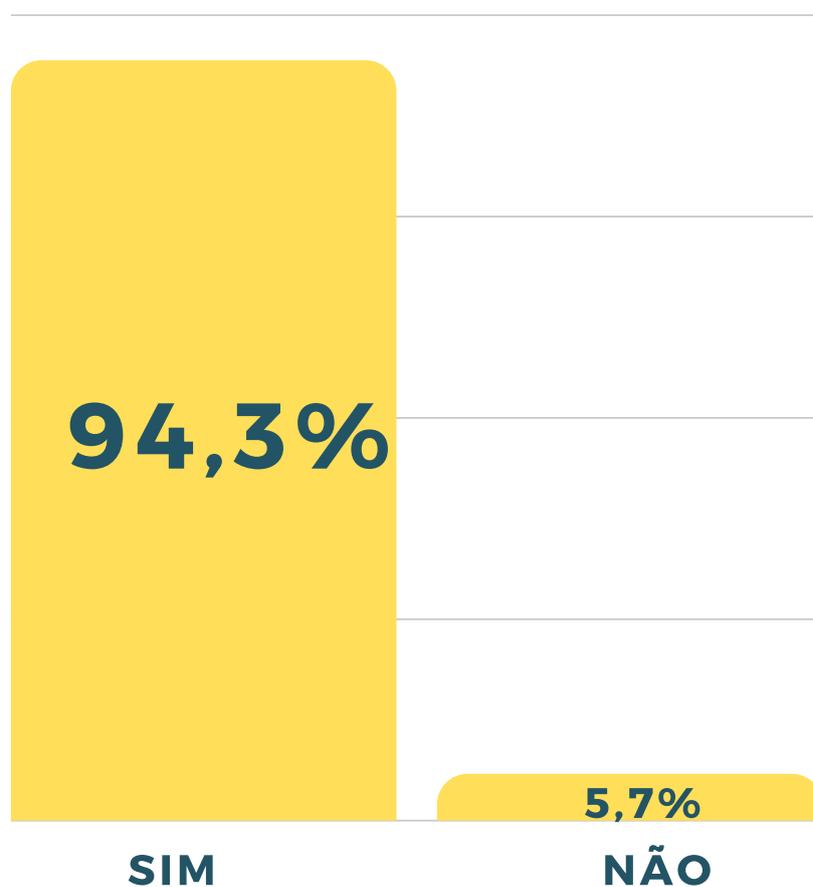
Não concordo

97,1%

Sim, concordo

META NACIONAL Nº4

Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (Identificar e julgar 90% dos processos referentes às eleições e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições, que possam importar na perda de mandato eletivo).



Você concorda com a permanência desta meta para 2020?

META NACIONAL

Com relação ao Macrodesafio “Garantia dos direitos de cidadania”, estabelecido no Plano Estratégico do Poder Judiciário 2016-2020, você teria alguma sugestão de meta nacional para 2020?

Sugestões compiladas

- (1) Com relação à Justiça Eleitoral, devem ser mais disseminados os serviços que o cidadão pode ter acesso, bem como, renovação das políticas de esclarecimento do eleitor com relação ao processo eletrônico de votação. Tornar o eleitor mais independente dos políticos e/ou cabos eleitorais, para ter acesso ao Poder Judiciário.**
- (2) Que fosse mais divulgado os direitos dos cidadãos.**
- (3) Redução racional de custos é uma forma de garantir os direitos da cidadania**
- (4) Inclusão nos planos de ação e normativas de atos ordinatórios instrumentos e práticas mais eficazes para a votação ser mais célere, sobretudo para os eleitores com necessidades especiais.**
- (5) Capacitação de crianças e jovens sobre as eleições e a política.**
- (6) Garantir a eficiência na gestão dos processos judiciais.**
- (7) Repor a força de trabalho dos tribunais e foros em razão de vagas por quaisquer motivos, principalmente devido a aposentadorias.**
- (8) Combate a corrupção. Combate a corrupção no judiciário: afastar e punir magistrados e servidores ligados ao crime de corrupção. Reduzir em 100% as indicações políticas para cargos em comissão, juizes juristas e do quinto, no judiciário. Reduzir em 100% o nepotismo cruzado: investigar, afastar, exonerar e punir gestores públicos que indicam e nomeiam cargos em comissão por nepotismo cruzado no judiciário**
- (9) Acesso da população a justiça eleitoral**
- (10) Reduzir taxa de violência doméstica contra mulher**
- (11) Implantar pelo menos 2 serviços (programas, projetos ou ações) em 2020, que atendam a inclusão social, no maior número de municípios do respectivo Estado da Federação.**
- (12) Priorizar os julgamentos dos processos relativos aos crimes de homofobia e do feminicídio.**
- (13) Defender candidatura avulsa nas eleições e adoção do voto facultativo.**

- (14) Facilitar a acessibilidade do eleitor portador de necessidades especiais.**
- (15) Facilitar cada vez mais a vida do eleitor.**
- (16) Abreviar o julgamento dos processos de maus gestores, inclusive os de desvios de recursos públicos, para além da devolução imediata dos recursos, caso condenado e o banimento da vida pública.**
- (17) Celeridade na resolução das demandas, automatização e padronização de procedimentos e realização de concursos para suprir o déficit de pessoal existente.**
- (18) Cartórios, nas unidades de atendimento, com capacitação para atendimento em linguagem de libras.**
- (19) Acessibilidade para além da criação de rampas, mas documentos em braille.**
- (20) Garantia de acesso eletrônico para todos os cidadãos.**
- (21) Sugiro como meta nacional para 2020 que todos os Tribunais Regionais Eleitorais estabeleçam política de educação para a cidadania, por meio de parceria com as secretarias de educação no âmbito dos Estados, para desenvolvimento de projetos que visem à educação cidadã do futuro eleitor (crianças e adolescentes).**
- (22) Ampliar a participação dos estudantes e cidadãos com a Justiça Eleitoral. A Justiça eleitoral poderia promover ações de conscientização mais próximo da população como criação de novos títulos, regularizar a sua situação e que cada pessoa que se interesse em acompanhar determinados processos na justiça possa ter uma resposta mais ampla e menos formalizada (para cidadãos leigos) que não entendem muitos os termos jurídicos formais mas que gostam de acompanhar processos.**
- (23) Priorizar o julgamento de crimes de homofobia.**
- (24) Priorizar os crimes de feminicídio.**
- (25) Ampliar e aprimorar os serviços disponibilizados aos cidadãos, por meios de novas tecnologias, sem esquecer àqueles que não dispõem de recursos.**
- (26) Ampliar o acesso dos portadores de necessidades especiais aos serviços da JE.**
- (27) Criar a Defensoria Pública Eleitoral.**

META NACIONAL

Tendo em vista o alinhamento sinalizado pelo CNJ em relação à Agenda 2030 da ONU, no sentido de integrar as Metas do Poder Judiciário aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, você teria alguma sugestão de meta nacional para 2020 relacionada ao ODS16 (promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis)?

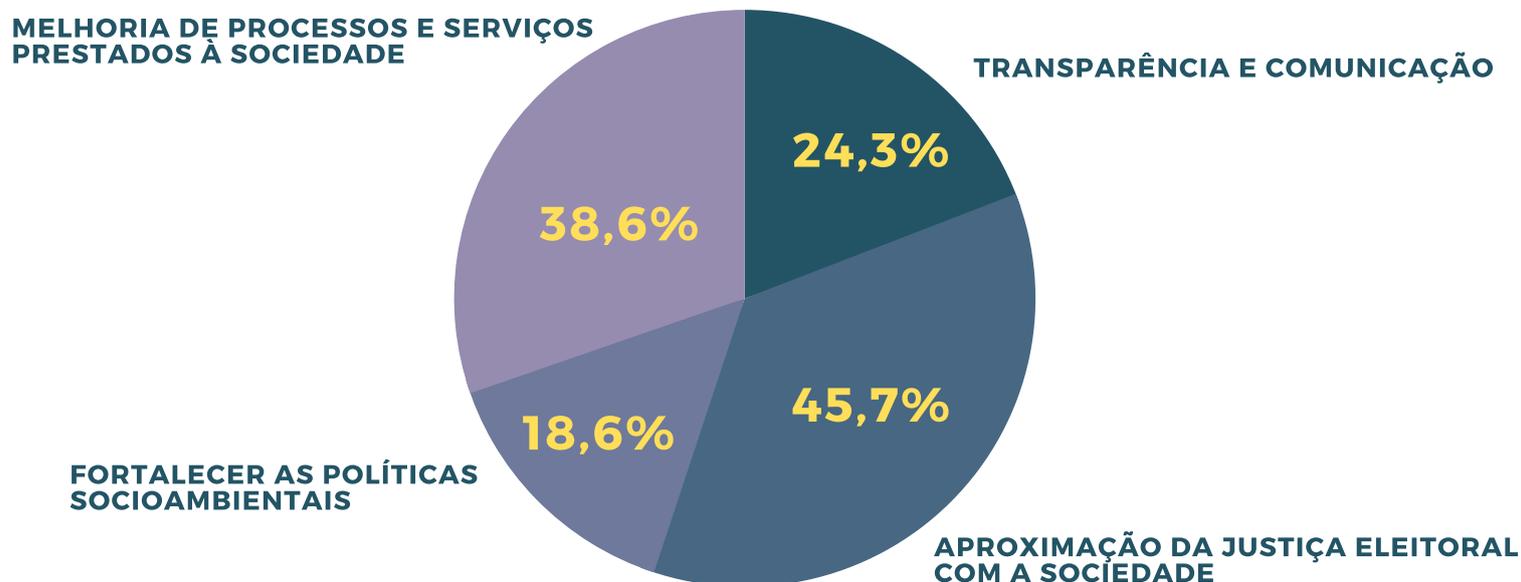
Sugestão compiladas

- (1) Com relação à inclusão, devem ser estabelecidas metas de capacitação dos servidores para a melhoria do atendimento aos cidadãos portadores de necessidades especiais. Podem também ser estabelecidas metas de ações comunitárias realizadas pelos Tribunais, para que os servidores, além do desenvolvimento de suas atividades funcionais sejam estimulados a se aproximar da comunidade.**
- (2) Divulgar aos cidadãos mais carentes, como ter acesso aos seus próprios direitos.**
- (3) Adoção de energia eólica ou solar, assim a administração pública estaria contribuindo como bom exemplo para toda a sociedade.**
- (4) No tocante a Justiça Eleitoral, em especial a promoção de sociedades pacíficas, deveria ser incentivado pelo TSE através do Horário Eleitoral atitudes que promovessem a concórdia entre os grupos que disputam o poder no sentido da disputa ser apenas de ideias, um debate republicano, e não uma disputa pessoal, onde os ânimos ficam acirrados o que pode acarretar violência e desordem nas eleições.**
- (5) Reduzir os índices de consumo de material**
- (6) Fomentar iniciativas sociais realizadas por servidores e magistrados do Poder Judiciário com vistas ao atendimento dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis da ONU.**
- (7) Promover ações sustentáveis no manejo dos recursos públicos.**
- (8) Percentual de energia fotovoltaica gerada em relação ao total de energia consumido pelo órgão.**
- (9) Capacitar 20% dos atendentes dos cartórios eleitorais na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).**
- (10) Deve haver a integração pretendida pelo CNJ.**
- (11) Sim. Adoção de selos ambientais e iso para processos internos: 20% até 2020.**
- (12) Uma maior transparência e celeridade.**
- (13) Ampliar o acesso gratuito à justiça pela sociedade.**

- (14) Implantar pelo menos 2 serviços digitais que alcancem igualmente os objetivos econômico, social e ambiental para a sociedade.**
- (15) Priorizar os julgamentos dos processos relativos aos crimes de homofobia e do feminicídio.**
- (16) Adoção do voto através da internet... menos gente nas ruas no dia da eleição, economia de gastos.**
- (17) Promoção da sustentabilidade com ações p aumentar eficiência com menos recursos.**
- (18) Menos uso de papel nas eleições.**
- (19) Instituir programas educacionais dentro das Instituições da Justiça para combater o assédio moral.**
- (20) Sim, para que o efeito seja de uma maior brevidade nas respostas daqueles que almejam através do poder judiciário e seus serviços. respostas satisfatória.**
- (21) Biometrizar 100% do eleitorado nacional**
- (22)Utilização de fontes de energia renováveis e virtualização dos processos físicos.**
- (23)Redução de uso de papel. Adoção de fontes "padrão" de impressão que economizem toners de impressor. Parcerias com agricultores locais para organizar feiras nos Tribunais com orgânicos e produtos derivados destes.**
- (24)Utilização de processos virtuais.**
- (25)Parar de usar plástico no Tribunal, sobretudo copos.**
- (26)Fortalecer cada vez mais a Justiça Eleitoral como um todo, desde as zonas eleitorais aos tribunais superiores.**
- (27) Criar uma ferramenta digital que atenda ao objetivo ambiental dos desenvolvimento sustentável (pilares da sustentabilidade);**
- (28) Criar pelo menos um projeto (ferramenta digital) que atenda ao objetivo social.**
- (29)Investir ainda mais em meios alternativos de resolução de conflitos.**
- (30)Incentivar, cada vez mais, o uso racional da água nas instituições públicas.**
- (31)Além de criar a Defensoria Pública Eleitoral, criar mecanismos para a assistência jurídica a todos aqueles que se envolver em conflito eleitoral.**

META ESPECÍFICA Nº 1 PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

Com relação aos eixos temáticos abaixo, previstos na Estratégia da Justiça Eleitoral, você teria alguma sugestão de meta específica para o segmento em 2020?



SUGESTÕES

(1) A Justiça Eleitoral deve se reaproximar da sociedade através das ações de esclarecimento do processo eletrônico de votação e da segurança do processo. A Justiça Eleitoral deve se reaproximar da sociedade através das ações de esclarecimento do processo eletrônico de votação e da segurança do processo.

(2) A JE (serviços e finalidade) é ainda muito pouco conhecida pela sociedade, especialmente a com menor grau de instrução.

(3) Canais de informações como redes sociais para divulgação de campanhas.

(4) Informatização de serviços prestações à sociedade que gerem maior comodidade e eficiência

(5) TRE promover palestras sobre a importância do voto cidadão em todos os municípios brasileiros, com objetivos de impedir as fraudes cometidos pelos gestores públicos.

(6) Que os magistrados passem a compreender que também são servidores da população e passemos a ter um órgão moderno (sem regalias e diferenciações), mostrando a sociedade que é possível fazer do serviço público um modelo de comportamento e instituição; Quanto às políticas socioambientais, a sugestão de menos ações sem sentido (tipos palestras soltas ou coisas do tipo) isso apenas ocupa o tempo de produtividade do órgão.

(7) Capacitação de crianças e jovens sobre as eleições e a política

(8) Os servidores do Tribunal, sempre que instados a realizar ações sociais de apoio ao próximo (doação de livros a escolas públicas, compra de camisetas em prol de campanhas para realização de mamografias em mulheres de baixa renda, “natal dos Correios”, arrecadação de valor para presentear colaboradores terceirizados no fim do ano) correspondem muito bem, o que demonstra o potencial das Instituições como propulsoras da paz social. Na medida em que ações sociais forem estabelecidas como metas, haverá o patrocínio da Alta Administração e muitas ações poderão ser fomentadas e realizadas no âmbito do Poder Judiciário.

(9) Fortalecer comunicação sobre a segurança das urnas e do processo de votação.

(10) Buscar a eficiência da gestão processual por meio de capacitação dos servidores e informatização dos serviços.

(11) Informações de forma mais transparente e de fácil acesso.

(12) Criar Núcleos Socioambientais em todos TREs, voltados ao desenvolvimento prioritário de ações relacionadas à economia de água, energia e consumo de papel.

(13) Implementar melhorias às ferramentas de pesquisa utilizadas pela sociedade.

(14) Palestras em instituições de ensino, participação em programas de rádio/TV, criação de programas culturais, etc.

(15) Entendo que as duas alternativas escolhidas, incorporam as outras que não foram selecionadas e fortalecem a instituição pública que trabalhamos porque quanto mais próximo estiver da sociedade que ela representa mais forte ela fica.

(16) Os processos devem ser modernizados para permitir a interação mais ágil entre as unidades administrativas envolvidas e os interessados no processo, o que contribuirá para a aproximação com a sociedade.

(17) Justiça eleitoral é usada como tábua de salvação de políticos acusados, que alegar ter contas aprovadas pelo TSE e TREs. Melhorar imagem à sociedade.

(18) Celeridade.

(19) Intercâmbio de informações via sistema (sistema único de identificação do cidadão).

(20) Reduzir em até 5% (cinco por cento) o custo do processo eleitoral. Ser instrumento de receptação de lixo reciclado, para a sociedade, com a adoção das devidas regras ambientais. Implantar pelo menos um serviço digital destinado ao eleitor.

(21) Intensificar a utilização dos instrumentos das Audiências e Consultas Públicas, junto à Sociedade, a fim de obter uma maior representatividade em todos os níveis, na tomada de decisões.

(22) Estabelecer políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente.

(23) Para que a Justiça Eleitoral tenha cada vez mais credibilidade.

(24) O TRE/RN tem o dever de assegurar a realização das eleições e dos demais serviços disponibilizados pelo Regional, assegurando acessibilidade às pessoas com deficiência nos serviços e nas dependências da secretaria do Tribunal, dos cartórios eleitorais e dos locais de votação do Estado do RN.

(25) Pauta e fortalecimento das escolas judiciárias eleitorais.

(26) Parcerias com instituições filantrópicas e projetos sociais, com a finalidade de destinar materiais recicláveis, de forma regular, promovendo assim o sustento desses entes e favorecendo uma adequada destinação no descarte de documentos e equipamentos inservíveis.

(27) campanhas de esclarecimento sobre as urnas eletrônicas e combate às fake news. Qualificação de servidores/magistrados que propicie uma análise mais aprofundada na prestação de contas eleitorais.

(28) Priorizar o acesso à justiça e cidadania.

(29) Vejo como urgente a necessidade de esclarecer à população sobre a segurança do processo de voto eletrônico.

(30) Ampliar a política de liberação do e-título.

(31) Transparência das atividades realizadas para a população.

(32) Atendendo esta meta, também estará atendendo as duas primeiras.

(33) O eleitor tem que estar cada vez mais próximo ao eleitoral.

(34) Tornar a Instituição um exemplo se empresa auto-sustentável.

(35) Considero que a Justiça Eleitoral deve promover ações mais efetivas para combater as fake News e deixar claro à população a seriedade e a relevância do trabalho desenvolvido pelos integrantes da Justiça Eleitoral.

(36) Ações de conscientização da população a respeito da importância do voto.

(37) Ainda sentimos uma distância muito grande, enquanto sociedade da atenção deste poder, inclusive nos tópicos marcados.

(38) 10% dos votos impressos na urna eletrônica, no dia da eleição. Uma amostragem. Mais campanhas do TSE/TREs que fortaleçam a confiança no processo eletrônico, explicando aos eleitores como ele funciona.

(39) Dar maior destaque na mídia aos feitos da JE.

(40) Acho importante a aproximação com a sociedade, para que, cada vez mais, se possa comprovar a segurança e lisura do processo eleitoral.

(41) A Justiça Eleitoral quanto mais próxima da sociedade, maior será o exercício da cidadania.

(42) Melhorar a estrutura física e humana das Zonas Eleitorais.

(43) A prestação jurisdicional falha no momento em que é muito morosa.

(44) A Justiça Eleitoral precisa se aproximar do cidadão que está a cada dia mais engajado na política; A Justiça Eleitoral precisa dar exemplo com políticas socioambientais de reciclagem, apoio à agricultura familiar, etc.

(45) A utilização de uma linguagem mais clara quando tiver a aplicação de questionários aberto ao público em geral.

(46) O estreitamento da sociedade com a Justiça Eleitoral convalida os atos praticados pelo órgão tornando-os mais transparentes.

(47) Estar nas comunidades esclarecendo os objetivos da JE.

(48) Isonomia para todos.

(49) Preservar o meio ambiente é uma necessidade urgente.

(50) Creio que o maior anseio da sociedade é que os processos judiciais cheguem ao seu termo com a maior brevidade possível.

(51) Revisão da estrutura organização e equalização da distribuição pessoas, priorizando as atividades-fim da instituição, com o objetivo de otimizar a qualidade e a quantidade dos serviços prestados.

(52) A justiça eleitoral deve ser, de fato, a justiça da democracia, considerando que a sua missão é contribuir para o fortalecimento da democracia no País, e somente com a aproximação com a sociedade, por meio de parcerias com entidades representativas, instituições de ensino e com outros órgãos, por exemplo é que tal aproximação se torna efetiva.

(53) Que cada pessoa que se interesse em acompanhar determinados processos na justiça eleitoral possa ter uma resposta mais ampla e menos formalizada (para cidadãos leigos) que não entendem muitos os termos jurídicos formais mas que gostam de acompanhar processos.

A Justiça Eleitoral nesses últimos anos vem se aproximando cada vez mais da sociedade e esse trabalho deve-se aos organizadores do tribunal potiguar, mas como sugestão seria interessante convidar aos trabalhadores do dia da eleição, mesários, secretários e presidentes de cada zona para ir a seção, ir visitar a sede do TRE, conhecer os juízes, visitar a biblioteca entre outras coisas.

Nos processos e serviço prestado a sociedade o TRE deveria realizar mais propaganda de conscientização do voto, para regularizar a situação eleitoral.

(54) Melhoria da estrutura de atendimento itinerante (Ônibus com melhores condições, calendário de atendimentos...).

(55) Mostrar que a Justiça Eleitoral tem mais a contribuir do que apenas fazer as eleições.

(56) Criar alternativas de trabalho capaz de reduzir em 5% o uso de energia elétrica na rotina de trabalho.

(57) Reduzir o custo com o eleitor.

(58) Estabelecer uma meta para o aprimoramento do custo das eleições (redução).

(59) Mostrar de forma mais clara em ano não eleitoral a importância da Justiça Eleitoral.

(60) Uma forma da sociedade estar mais participativa com os assuntos eleitorais, sendo uma forma de evitar notícias falsas e infundadas.

(61) Aina existe muita burocracia nos processos e serviços prestados à sociedade. A ideia é desburocratizar e servir com mais eficácia e eficiência.

62) Tem-se que criar um ponto de atendimento em cada município deste país. De nada adiante propagar como a justiça mais ramificada e não estar presente em todos os municípios com pelo menos um ponto de atendimento, com mão de obra requisitada ou mesmo terceirizada. Além do mais, tem que se estender o pagamento do auxílio alimentação a todos os servidores requisitados estaduais e municipais. Infelizmente, hoje só se paga a servidores federais ou servidores ocupantes de função comissionada. Isso é um absurdo negar essa ajuda na alimentação a quem mais precisa.

RESPOSTAS NÃO VÁLIDAS/ INCOMPLETAS - 8 RESPOSTAS



RESULTADOS

METAS VIGENTES MANTIDAS

- Meta Nacional nº 1 - Julgar mais processos que os distribuídos.
- Meta Nacional nº 2 - Julgar processos mais antigos.
- Meta Nacional nº 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (Identificar e julgar 90% dos processos referentes às eleições e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições, que possam importar na perda de mandato eletivo).

PROPOSTA DE NOVAS METAS NACIONAIS

- Implantar pelo menos 02 (dois) serviços digitais que alcancem igualmente os objetivos econômico, social e ambiental para a sociedade, no maior número de municípios do respectivo Estado.
- Estabelecer metas na realização de ações comunitárias para o desenvolvimento de atividades destinadas aos cidadãos, com deficiência.

PROPOSTA DE NOVAS METAS ESPECÍFICAS

- Intensificar a utilização dos instrumentos das Audiências e Consultas Públicas, junto à sociedade, a fim de obter uma maior representatividade em todos os níveis, na tomada de decisões.
- Reduzir em até 5% (cinco por cento) o custo do processo eleitoral.